

Painel

Diálogo à vista-1

De um alto assessor do Palácio do Planalto partiu esta semana a revelação, numa frase sintética, de que "já estão praticamente superadas as últimas arestas para um primeiro encontro do presidente Figueiredo com governadores eleitos pela oposição".

A fonte não disse, mas comenta-se em Brasília que o primeiro a ser recebido será o mineiro Tancredo Neves, que alguns setores palacianos pretendem transformar numa espécie de interlocutor do governo com as correntes oposicionistas.

Diálogo à vista-2

Uma das últimas arestas foi aparada entre o Planalto e os futuros governantes, anuncia-se, com a decisão do governador eleito do Espírito Santo, Gerson Camata, de enviar carta a Figueiredo, retratando-se de crítica que lhe fez durante a campanha eleitoral e que inclusive lhe valeu um processo, em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Sinal de certeza

O porta-voz do Planalto, Carlos Atila, convocou a imprensa esta semana para desmentir, enfático, que o governo esteja cogitando de promover uma reforma ministerial.

Para alguns observadores de Brasília, era o elemento que faltava para a convicção de que haverá mesmo uma reforma no ministério em março.

Palavras, palavras

O ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, deixou-se trair esta semana, quando, ao revelar seus planos para aumentar a eficiência do sistema previdenciário, foi indagado se já havia passado esse plano para o papel.

"Eu só coloco no papel aquilo que pode ser viável. Para produzir apenas um papel, deixa para a Secretaria do Planejamento" — disse, sarcástico.

Reinaugurando

A ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, "reinaugurou" a biblioteca do Instituto Nacional do Livro, que, criada em 1976, acaba de passar por reformas.

Comenta-se que a situação das verbas do MEC está tão feia que não há obras novas a inaugurar, restando apenas o recurso a reinaugurações.

Colonialismo caro

Debruçado sobre uma pilha de cartões de Natal em seu gabinete, o senador sergipano Passos Porto, do PDS, reclamava ontem:

"Precisamos acabar com essa praga de cartões de Natal. Isso é puro colonialismo cultural, importado da Europa, cuja única consequência é um gasto terrível de dinheiro, para quem manda e para responde."

Aumento federal

Só na próxima semana, com decisão pessoal do presidente Figueiredo, é que o governo anunciará o índice de reajuste dos vencimentos do funcionalismo federal. Mas a tendência é mesmo consagrar a fórmula de 70 por cento de aumento global, dividido em parcelas que vigorariam em janeiro e julho do próximo ano.

É provável que, junto com esse aumento, o governo anuncie o fim dos estudos sobre o novo Estatuto dos Servidores Públicos, cuja principal novidade será a extensão do 13.º salário a essa categoria.

Resquícios

O ministro Hélio Beltrão enviou o seguinte telegrama de congratulações ao ex-ministro Jair Soares, eleito governador do Rio Grande do Sul:

"Aceite meus parabéns pela sua expressiva vitória."

Jair Soares mandou a resposta: "Agradeço a sua mensagem de congratulações. Credito a minha atuação no ministério importante papel no meu sucesso eleitoral."

Como se vê, o episódio dos credenciamentos ainda não foi inteiramente superado entre ambos.

Trabalho de inaugurar

Para o ministro Mário Andreazza, 1983 vai ser um ano de trabalho mais intenso do que 82.

Só na área da habitação, Andreazza pretende inaugurar 750 conjuntos habitacionais. Ou seja, 62 por mês, ou dois por dia.

A recessão parece que não vai afetar as metas de Andreazza.

Despedidas sarcásticas

Não tendo sido reeleito, o deputado Alcyr Pimenta, do PMDB carioca, resolveu despedir-se do Congresso dedicando quadrinhas satíricas às eleições em todos os Estados.

Sobre o Paraná, por exemplo, ele escreveu: "Lutando contra o Nei Braga / Richa ganhou como quis / acabou-se a velha saga / não ficando nem Raiz".

Sobre Minas: "Minas sempre teve medo de quem dinheiro despense / preferindo, então, Tancredo ao pobre Eli-seu Resende."

Pimenta concluiu a homenagem, dedicando uma quadrinha a ele próprio: "Deputado não sou mais/outra ocupação eu quero/a ter nome nos anais/pre-firo cantar bolero."

Laços kafkianos

O deputado Silo Costa, do PDS de Minas, crítico da política econômica do governo, tentava analisar a atual conjuntura, com o Brasil precisando cada vez mais de empréstimos externos. Mas logo desistiu, indagando:

"Como vamos entender a economia do País, quando nosso representante junto ao FMI chama-se Alexandre Kafka?"

Cargos excessivos

Na reabertura de seus trabalhos, em março, o Senado será chamado a opinar sobre o projeto de lei que trata, de iniciativa do Tribunal Federal de Recursos, propondo a criação de 347 novos cargos naquela Corte de Justiça.

Esse projeto não terá uma tramitação fácil, pois preconiza a criação de nada menos que 88 cargos de direção e assessoramento superior, número considerado excessivo para a atual estrutura do TFR.

Sem incompatibilidade

Sob o argumento de que regulamentos não se sobrepõem às leis, o Tribunal Superior do Trabalho mandou a Petrópolis reincorporar dois servidores que ela havia demitido, por terem assumido mandato de vereador no Nordeste.

Entende o Tribunal que não há incompatibilidade entre os horários de trabalho na empresa e nas Câmaras Municipais que nessas cidades se reúnem à noite e, portanto, a empresa não tinha o direito de fazer essas demissões.

Exemplo de Aliança

O PTB obteve expressiva vitória no município paulista de Nova Aliança, derrotando a grande estrutura partidária ali montada pelo PDS e pelo PMDB.

Dizem que essa vitória foi tão expressiva que acabou sensibilizando a direção nacional do partido a utilizar o exemplo de Nova Aliança em suas futuras ações políticas.

Contraponto

Sebastião Nery

Baianas-2

Na Bahia, outrora, fazia-se política em versos. Carlos Mariguela chegou ao precisosmo de fazê-la em irretocáveis versos latinos.

1 — Era interventor do Estado Landulfo Alves, inteligente e pacato senhor, nacionalista militante, um dos melhores homens que a Bahia mandou depois para o Senado. Mas, em 1940, era o interventor da ditadura. E os baianos o fustigavam com a quadrinha de Lafaiete Spínola:

— "Na exposição de animais o burro velho perguntou: Landulfo, meu bom irmão, que prêmio você ganhou?"

2 — Isaias Alves e Anísio Teixeira pensavam, um a Leste e outro a Oeste. Isaias, alto, católico, conservador, integralista, Anísio, baixo, agnóstico, progressista, de esquerda. Eram os dois grandes educadores da Bahia. Deixaram nome e escolas. Anísio, depois, saltou para o plano nacional e internacional, revelando-se o grande e genial renovador da educação brasileira. Mas Silvio Valente brincava com os dois na coluna diária de jornal onde assinava "Pepino, o Longo":

— "Isaias difere um pouco de Anísio, pequenininho: um é três quartos de louco, o outro é louco inteiro!"

Bons tempos aqueles. O Brasil ainda não rimava com FMI.

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Política econômica, lições da crise

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

No primeiro semestre deste ano começaram a surgir indícios de que os bancos internacionais não poderiam continuar expandindo as suas aplicações nos "países devedores", ao ritmo a que isto se vinha dando nos mais recentes anos (cerca de 20% ao ano). O governo brasileiro, ao que parece, só tomou consciência do problema no mês de setembro, quando, na esteira da moratória mexicana, foram suspensos os empréstimos internacionais ao Brasil.

Logo a seguir, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou um documento propondo uma série de medidas destinadas a adaptar a economia a um menor ritmo de captação de recursos externos. Não obstante a presteza com que o governo se dispôs a submeter a economia brasileira a um severo programa de "reajuste", os empréstimos não voltaram a fluir para o Brasil. As obrigações, no entanto, continuavam a vencer regularmente. Teve pois início um período de busca desenfreada de recursos de qualquer espécie — enquanto iam sendo inapelavelmente queimadas as reservas de divisas do País.

Por que razões o programa do CMN, tão austero e tão ortodoxo (não lhe faltaram elogios por parte da comunidade financeira internacional), não surtiu o efeito desejado, levando o País, na tosa imagem do ministro da Fazenda, a ficar "segurando na broxa"?

Para entendê-lo é preciso partir de uma constatação: observa-se desde meados deste ano nos países capitalistas em geral, e nos Estados Unidos em particular, uma aguda crise de confiança, por parte daqueles que têm recursos a aplicar. Esta quebra de confiança é um fenômeno já diversas vezes registrado na história do capitalismo. Provocá-lo não é difícil. Uma vez iniciado, no entanto, é extremamente difícil detê-lo. E isto porque este fenômeno, que se nutre basicamente de expectativas, tem a trágica propriedade de produzir os efeitos que o reforçam e o comprovam.

No caso em questão, a perda de credibilidade das nações devedoras foi, além do mais, agravada, pela tomada de consciência — especialmente após a Polónia e o México — de que os empréstimos a países vinham sendo realizados sem o devido exame de sua efetiva capacidade de pagar. Em suma, a comunidade financeira internacional, recentemente abalada por famosas quebras (Penn Square, Drysdale, Ambrosiano, etc.), teve subitamente revelada e exposta a sua vulnerabilidade. E isto veio a ocorrer num contexto muito particular: em sua captação de recursos, os bancos vêm sendo obrigados a competir com títulos seguros (inclusive governamentais) e de elevada rentabilidade. Frente a um tal quadro, iniciou-se uma profunda transformação dos padrões de conduta dos bancos e demais instituições financeiras. Resumidamente, esta mudança poderia ser caracterizada como a passagem de uma estratégia de expansão, para uma estratégia de sobrevivência.

Voltemos ao Brasil. O quadro que acabamos de delinear parece revelar a ingenuidade dos que pretendem contornar a crítica situação atual com base num bem-comportado programa de política econômica. Antes de mais nada, no mundo sutil das transações financeiras, a "escada" do sr. Galvêas, uma vez retirada, simplesmente deixa de existir. Além do mais — e isto se refere a outras queixas — há que entender que os bancos regionais e pequenos deixaram de emprestar ao Brasil, simplesmente porque puderam fazê-lo. Quanto aos grandes bancos, ainda emprestam, relutantes, e na medida que isto permita evitar a sus-

tenção oficial dos pagamentos do Brasil. Compreende-se: a "quebra" de um cliente de tal porte teria, como efeito mínimo, um sério abalo de sua própria credibilidade, podendo mesmo desatar uma corrida sobre os ativos de nossos maiores credores.

Desde quando começou a colecionar improvisados "empréstimos" de curto prazo, o governo brasileiro assiste impotente à progressiva deterioração (encurtamento) de sua dívida. Desapareceu com isto a tão alardeada diferença do caso brasileiro — que custou ao País os mais elevados "spreads" que o mundo conhece. Paralisado o ingresso espontâneo de capitais, esgotadas as reservas, e com a dívida de curto prazo crescendo assustadoramente, o País foi levado a solicitar o apoio do Tesouro americano, dos Bancos Centrais dos grandes países capitalistas, e do FMI.

Os recursos do FMI evidentemente não lhe permitem enfrentar os problemas surgidos, praticamente em simultâneo, no México, na Argentina, no Brasil, e em diversos outros países. No caso do Brasil, os recursos que podem ser obtidos no Fundo mal bastam para reconstituir as reservas. Em tais circunstâncias, como poderia o País voltar a enfrentar o serviço de sua dívida?

Chegamos aqui ao cerne do problema. É preciso ter claro que dado o contexto com que se defronta o sistema financeiro internacional, e dada a manifesta incapacidade do Brasil de fazer face ao serviço de sua dívida, ninguém se dispõe, e ninguém se disporá, num futuro previsível, a emprestar dinheiro "novo" ao Brasil. Ou seja, os empréstimos que venham a ser decididos serão determinados pela necessidade de salvar (indiretamente) os credores do País. Um bom exemplo constituem os 1,2 bilhão de dólares "emprestados" pelo governo norte-americano. Os recursos foram presumivelmente entregues a credores em situação crítica, antes mesmo de ser anunciada a concessão do empréstimo "ao Brasil", e já com o compromisso do FMI (ao qual o Brasil não havia sequer apresentado um pedido de stand by) de resgatá-los. Esta operação, bem como outras que estão sendo neste momento decididas, deixam claro que já se encontra em curso uma reestruturação financeira internacional. Através dela, os riscos e as perdas vão sendo repartidos e, na medida do possível, "socializados".

É contra este pano de fundo que deve ser repensada a política econômica brasileira. Antes porém repensem: o "rolamento" da dívida externa depende hoje, fundamentalmente, de reformas em curso no Hemisfério Norte. Em outras palavras, a fase em que a política econômica brasileira girava em torno de expedientes visando "rolar" a dívida constitui uma página virada. As-

sim sendo, o País recupera hoje — paradoxalmente — uma liberdade de formulação de política econômica, de que praticamente não dispunha enquanto deslizava no plano inclinado do processo de endividamento.

Não restam dúvidas de que as importações terão de ser, de alguma maneira, seriamente restringidas. Basta lembrar que mesmo se deixasse de pagar juros é principal — e na hipótese otimista de continuar exportando o mesmo — o País não poderia pagar os fretes, seguros e outros serviços que presenteemente adquire. Este é o enunciado do problema maior com que se defronta a economia brasileira. Para enfrentá-lo, há que partir dos recursos existentes e mobilizáveis a curto prazo, valendo-se de estudos e planos que vêm sendo divulgados por associações de classe e órgãos governamentais. Mais precisamente, há que estabelecer e implementar programas de substituição de importações, diversificação produtiva e desenvolvimento tecnológico, definidos por setores: química, máquinas e equipamentos, metais não-ferrosos, etc.

Uma política econômica voltada para a mobilização dos recursos reais do País é necessariamente heterodoxa: tem de valer-se intensamente de instrumentos e controles específicos, que distinguem com nitidez entre os problemas da indústria de bens de capital, os da química, e os da microeletrônica. O receituário ortodoxo, de sua parte (que se ajusta perfeitamente às idiossincrasias bem como aos interesses da comunidade financeira), contempla unicamente políticas universais: taxa de câmbio (única), taxa de juro (de preferência única), montante do déficit público, etc. Ocorre porém que as premissas da formação ortodoxa não se verificam entre nós — muito menos nas circunstâncias atuais. A situação com que se defronta presenteemente o País é em si "heterodoxa". Num tal contexto, há sérias razões para se temer que a "mão invisível" do mercado mais estrangle o que guie.

O que acaba de ser dito pode soar utópico para muitos. Afinal, existe um programa ortodoxo sendo ultimado sob a supervisão do FMI. Caberia no entanto lembrar que, segundo um estudo recente, de autoria do próprio Fundo, os programas por ele aprovados foram observados em menos de um quarto dos casos...

Além do mais, convenhamos, em meio ao avanço avassalador da crise atual, não existem palavras finais, e, quanto ao FMI, fortaleça conservadora de outros tempos, mais parece um personagem pirandelliano, em busca de um papel.

Antônio Barros de Castro é presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro e professor da Universidade Federal desse Estado (UFRJ).

A Palavra do Leitor

"Industrialização foi mal planejada"

"O naufrágio econômico que ora nos atinge teve origem na industrialização desordenada, que sobreviveu há pouco menos de trinta anos e que provocou a centralização industrial em poucas grandes e médias cidades. Esse fato primordial, pecado original, acarretou o êxodo rural e o crescimento desmedido da população, até chegarmos à condição insustentável em que nos encontramos. Não há programa de saúde, de educação e de segurança que acompanhe esse crescimento demográfico omni-noso. A defasagem se acentua a cada dia e a cada dia aumentam obrigações e fatalmente o analfabetismo e a criminalidade, contra os quais pouco ou nada adianta lutar, porque são efeitos e não causas. E lutar contra efeitos é esgrimir contra fantasmas. O mesmo se diga dos empréstimos. Tomar dinheiro emprestado para solucionar efeitos é estar completamente fora da realidade. As milhares de favelas e milhares de menores abandonados e miseráveis, que não existiam antes da industrialização, continuarão a existir depois e apesar dos empréstimos, por mais astronômicos que sejam. A única alternativa para dar ao Brasil a certeza de um futuro melhor consiste em racionalizar a agricultura e restringir e ordenar a industrialização, para conter seu primeiro efeito deletério, o crescimento populacional, a qualquer custo, até termos condições de alimentar e dar segurança para a população que já existe. Não que haja prevenção contra a industrialização e nem que ela seja indesejável. É que ela foi e continua sendo mal planejada. Se, em lugar de uma tecnologia industrial superflua e frívola, tivéssemos desenvolvido uma agricultura digna e honesta, para nos alimentar e alimentar o mundo faminto, não estaríamos, como estamos agora, palmilhando um caminho perigoso, com as grandes condições sociais que nos afligem e que prenunciam, as idiossincrasias, o descalabro jurídico e a desordem social."

Sr. José A. de Quadros Souza (Capital, SP).

Santos, as praias e o trânsito

"Quereria alertar a comunidade e às autoridades de Santos sobre a generalização cada vez mais frequente de infrações no trânsito e o uso irregular de nossas praias, pois é sabido que a maioria peca por omissão, e acaba posteriormente por sofrer na própria carne por esse comodismo. Dirijo todos os dias pelas ruas de Santos. Todas as infrações de trânsito são cometidas pelos motoristas, a toda hora. O motorista santista é indisciplinado; basta um pequeno engarrafamento e ele chega ao desespero, cometendo abusos absurdos, como transitar com meio carro pela calçada, procurando a menor brecha. O farol torna-se um obstáculo ao motorista praiano. Ele esquece que o farol luminoso é sinalização, ali colocado para que todos possam transitar com segurança, e procura atravessá-lo de qualquer maneira, cruzando o mesmo fechado nas grandes avenidas. Na maioria das vezes as faixas de pedestres são invadidas pelos veículos e o pedestre não pode mais confiar nos faróis. Urge uma campanha a respeito tanto de parte das autoridades estaduais como municipais, do contrário as coisas piorarão muito mais, com o caos total. Como o dinheiro é sempre o que pesa mais, as multas deverão ser aplicadas rigorosamente de acordo com a lei, sem margens a qualquer "quebra-galho". Quanto às praias, o que se vê chega às raias do absurdo. Além dos que, sem a menor cerimônia, as bloqueiam com suas redes, elas pertencem primordialmente aos jogadores de futebol (peladas). Estes são verdadeiras feras; não respeitam ninguém a sua frente. A qualquer momento uma pessoa, uma criança pode levar uma bola no peito na cara, no olho e sofrer sérios contratempos, além de não usufruir o necessário relaxamento. Agora com a inauguração total das praias, a situação lhes pertence. É evidente, não sou contra este ou aquele. Todos têm direitos. Sei que o uso da praia é regularizado. Compete à Prefeitura de Santos divulgar com frequência essas regulamentações e aplicar aos indisciplinados as multas competentes. Do contrário o turista, principalmente, não tem mais o que fazer em Santos; é melhor procurar outras plagas."

Sr. Perciliano Antônio da Silva (Santos, SP).



Universidade e profissionalismo

ROGÉRIO C. CERQUEIRA LEITE

Qual o propósito da Universidade? Qual a sua razão de ser? Muito provavelmente a pergunta milenar não será respondida jamais de maneira satisfatória. E, entretanto, possível identificar algumas das realizações concretas da Universidade, a ela confiadas pela sociedade em momentos históricos, e avaliar os resultados alcançados. Dentre essas responsabilidades evidenciam-se, em ocasiões distintas, missões tão diversas como a formação de uma identidade nacional, ou a de uma consciência democrática ou ainda a difusão de uma atitude profissional. É preciso lembrar, quanto a este último aspecto, que a geração de um "profissional" vai muito além da instrução técnica e que o profissionalismo é um traço cultural de grande relevância social. Por conseguinte, nos deteremos nesta atribuição da Universidade.

O Japão dos séculos 7, 8 e 9 beneficiava-se de um prolongado período de prosperidade e a influência literária e artística da China ainda predominava. Talvez como consequência do quase permanente isolacionismo a que sempre esteve submetido o povo japonês, e do nível elevado de homogeneidade cultural, a forma prevalente de corrupção era, naquela época, como permanece até hoje, o nepotismo.

Consente, talvez, dos riscos inerentes a essa forma de corrupção, o Japão procurou imitar o bem-sucedido modelo burocrático chinês que mantinha organizado o vasto império. Concursos públicos realizados na Universidade Chinesa de Chang-nan asseguravam o recrutamento dos mais capazes, independentemente de suas origens. Com isto uma competente classe de burocratas intelectuais administrava, em realidade, o país, ocupando-se da coisa pública, desde a coleta de impostos até a realização de obras de infra-estrutura. Aparentemente, Napoleão procurou reproduzir a solução chinesa com a criação das "Grandes Escolas".

O Japão apesar de ter criado uma universidade central e instituído, cursos públicos não conseguiu liberar-

se de sua inclinação natural para o nepotismo, prevalecendo sempre o aparadrinhamento sobre a competência. A China obviamente não esteve sempre livre de corrupção, muito pelo contrário, o suborno era corrente mas a competência dos burocratas e seu alto nível de profissionalismo mantinha sob controle a administração pública.

No Japão, entretanto, foi impossível compatibilizar os dois estilos de corrupção, chinês e japonês, terminando este país, a partir do século 10, por abandonar progressivamente os concursos públicos, procurando institucionalizar seu próprio pendur pelo nepotismo. Esse antagonismo entre diferentes estilos de corrupção se reproduz presenteemente no Brasil, onde o Planalto, de uma certa forma, representando o método chinês, entra em conflito com alguns políticos provincianos, que, como o ex-governador Maluf, adotam abertamente o clientelismo, ao modo japonês.

Esses dois modelos básicos de corrupção, o suborno institucionalizado dos chineses e o nepotismo dos japoneses, se relacionam com sistemas de valores bem definidos, o profissionalismo e o dilettantismo, respectivamente. Não se pode, contudo, falar de profissionalismo sem mencionar os EUA e suas universidades. Possivelmente, o traço cultural que distingue mais acentuadamente a cultura americana de outras ocidentais é a sua ideologia do profissionalismo.

O dogma da prevalência da competência, do acesso dos mais capazes e do direito inalienável a uma "carreira", praticado e ensinado obsessivamente nas universidades americanas, impregnou indelevelmente a cultura americana e, muito provavelmente, é, no plano intelectual, o principal motor do dinamismo e do sucesso daquela nação.

dadão americano é realizado com a seriedade de uma profissão, e mesmo o "crime" torna-se, neste ambiente, organizado ou institucionalizado e não é, portanto, de estranhar que as formas dominantes de corrupção sejam aquelas que permitam um nível mínimo de institucionalização.

No extremo oposto ao profissionalismo está o dilettante e possivelmente não há melhor exemplo de culto ao dilettantismo que no Brasil. O primeiro indicio de que o profissionalismo não participa de nosso sistema de valores pode ser encontrado em nossas universidades, em que a correlação entre poder decisório e competência é reduzida a dimensões simbólicas.

Uma das características do profissionalismo é a inclinação de suas lideranças para assumir responsabilidades. No Japão, essa dificuldade é contornada por decisões colegiadas ou coletivas. No Brasil, montanhas de regras e uma diversidade de comissões permitem sempre o adiamento das decisões ou, quando não há saída, a diluição das responsabilidades.

A Universidade americana, mais que qualquer outra, se encarregou de instituir uma consciência profissional e uma responsabilidade social nos cidadãos de seu país, tornando-se assim a principal matriz da cultura da nação. Se pensarmos atribuir à Universidade brasileira papel semelhante, seria necessário remover primeiramente o "culto ao dilettantismo" que permeia nossas instituições de ensino superior. A Universidade desejável para o Brasil será diversa, por certo, daquela que propôs ionou a nação americana, ou ainda daquela que conformou a cultura europeia, mas ela terá que ser concebida a partir do projeto social que tenha para o Brasil. Qualquer que seja esse ideal, entretanto, os tempos do intelectual dilettante já passaram e somente muita "seriedade", na palavra mágica de Darci Ribeiro, poderá recuperar a Universidade brasileira.

Rogério César de Cerqueira Leite é diretor do Instituto de Física da Unicamp e membro do Conselho Editorial da "Folha".

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

Publicado desde 1921
Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Editor Responsável
Boris Casoy

Conselho Editorial:
Boris Casoy, Ruy Lopes, Luiz Alberto Bahia, Odon Pereira, Rogério César de Cerqueira Leite, Joelmir Belling, José Silveira, Osvaldo Peralva e Otavio Frias Filho, secretário.

SÃO PAULO
Redação, Administração, Publicidade e Oficinas
Alameda Barão de Limeira, 425 - Campos Elípticos
São Paulo - Telefone Central (011) 220-0011
Caixa Postal 8079 - Endereços telefônicos: FO-1145 - Folha Informações - Fone (011) 220-1622 - Telex: 01122930 0124030 0112193 01122822 - Código Postal 01202.

Sucursal de Brasília — (DF)
C.L.S. 104 Bloco C - Lojas 33 e 34
Telefone Central (061) 223-3005

Sucursal de Rio de Janeiro — (RJ)
Av. Presidente Vargas, 502 - 8.º andar
Telefone (021) 233-7082

Sucursal de Belo Horizonte — (MG)
Av. Augusto de Lima, 407 - Lj. 19 e 20
Telefones (031) 226-3844 - 226-3033

Sucursal de Porto Alegre — (RS)
Rua Jerônimo Coelho, 102 - 3.º andar
Telefone (051) 21-9924

Sucursal de Curitiba — (PR)
Rua Bolozar, Carrasco dos Reis, 1.172, lj. 11
Telefone (041) 222-3245

Sucursal de Florianópolis — (SC)
Rua Anita Garibaldi, 8 - sala 5
Telefone (048) 225-5233

Sucursal de Recife — (PE)
Rua Cleto Campelo, 44 - sala 306
Telefone (081) 224-3896

Sucursal de Campinas — (SP)
Rua Dr. Quirino, 1.254
Telefones: 0192 21-5181 e 8-9308

Sucursal de São Paulo — (SP)
Rua Siqueira Campos, 540-544
Telefones 449-6201 e 449-6090

Sucursal de Santos — (SP)
Rua do Comércio, 32
Telefone (013) 327-141

Sucursal de Londrina — (PR)
Rua Santa Catarina, 152
Telefones: (0432) 23-6174 e 23-9563

Correspondentes no Exterior
Paris: Cláudio Abramo
Nova York: Paulo Francis
Suíça: Alstair Cláudio Rossi